



Senado Federal

Senador **PAULO PAIM**

O MARTELO, SENADOR PAULO PAIM A PEDRA E O FOGO

Brasília – 2016

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Paulo André Louzada

CAPA

Serviço de Formatação e Programação Visual – SEFPRO

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal – SEGRAF

FOTOS

Asthego Carlos

PROJETO GRÁFICO

Mateus Leal

PROGRAMAÇÃO VISUAL

NEURECY BRAZ BARROS

REVISÃO

Assessoria do Senador Paulo Paim e Segraf

Paim, Paulo, 1950-.

O martelo, a pedra e o fogo / Paulo Paim – Brasília: Senado Federal,
Gabinete do Senador Paulo Paim, 2016.

96 p.

1. Política e governo, coletânea, Brasil. 2. Condições socioeconômicas,
Brasil. 3. Democracia, Brasil. I. Título.

CDD 385.658

*A cidadania é como o Universo....
Sempre haverá uma descoberta a alcançar
e uma nova estrela a ser confirmada.*

Sumário

Brevíssimas.....	7
I – O martelo.....	9
II – A pedra.....	25
III – O fogo.....	47
IV – Construindo a cidadania.....	57
Até Mais.....	91
Bibliografia	93
Publicações	95

Brevíssimas

O PROFETA JEREMIAS DIZIA, “a Palavra é poderosa como o fogo que ninguém pode conter e é persistente como o martelo que bate, bate, bate”. A vida mostra que até as pedras mais duras não resistirão à paciência, à constância, à fidelidade, à coragem e à justiça dos homens de bem. Buscamos a transformação do imperfeito desenvolvimento. Um trabalho cotidiano, degrau por degrau, martelando a pedra, levando ao fogo, ajustando seus ângulos em profunda introspecção. **Do aperfeiçoamento individual se chegará ao desenvolvimento coletivo, à dignidade humana e à tão sonhada cidadania, vislumbrando o reconhecimento às diferenças e uma sociedade cuja marca seja a inclusão social.** Mas de nada adiantará o martelo, a pedra e o fogo se o que for compreendido não for colocado em prática, forjado em atitudes e ações: seria a negação do amor, a desconstrução da fraternidade, o abdicar de um projeto de nação.



I – O martelo

“O martelo é presente em todas as culturas, assumindo, por vezes, nos povos mais antigos e dedicados à metalurgia, importante símbolo do domínio sobre o metal. Nos tempos modernos o martelo tornou-se o símbolo do operariado urbano”.

AQUI, O MARTELO representa a democracia, a liberdade, a justiça, a igualdade, o voto, a Constituição cidadã de 1988 – uma das cartas sociais mais avançadas do mundo.

1. **O dicionário Aurélio traz a palavra democracia com o seguinte significado:** governo do povo; soberania popular. Doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição equitativa do poder. Já o Michaelis faz a seguinte descrição: sistema em que cada cidadão participa do governo; democratismo. A influência do povo no governo de um Estado. A política ou a doutrina democrática. O povo, as classes populares.

Filósofos há séculos tratam desse tema. Para Platão, a democracia é uma constituição agradável, anárquica e variada, distribuidora de igualdade indiferentemente a iguais e a desiguais. Aristóteles dizia que a democracia surgiu quando, devido ao fato de que todos são iguais em certo sentido, acreditou-se que todos fossem absolutamente iguais entre si.

O conceito de democracia tem sido desenvolvido por milênios. Desde a democracia direta dos atenienses, passando pela democracia representativa contemporânea até a democracia participativa que, cada vez mais, tem tomado espaço no debate público, seu significado permanece o mesmo: o governo do povo.

Modernamente, há outras definições e comentários como os de Abraham Lincoln, Nelson Mandela, José Saragoyte. Uma das mais respeitadas é a do pensador político e ex-senador italiano Norberto Bobbio:

“A democracia é, no essencial, um método de governo, um conjunto de regras de procedimento para a formação das decisões coletivas, no qual está prevista e facilitada a ampla participação dos interessados.”

O brasileiro Herbert José de Sousa, o Betinho, sociólogo, ativista dos direitos humanos e idealizador do programa Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, assim escreveu:

“Para nascer um novo Brasil, humano, solidário, democrático, é fundamental que uma nova cultura se estabeleça, que uma nova economia se implante e que um novo poder expresse a sociedade democrática e a democracia no Estado”.

A democracia só tem sentido se for posta em prática, e isso pré-dispõe povo esclarecido.

2. **Desde a redemocratização, na década de 1980, temos testemunhado processos eleitorais regulares.** Já passamos por sete eleições diretas para presidente, sendo que seis delas também acompanhadas de eleições legislativas para o nível federal. Também temos mantido eleições regulares nos níveis regionais e locais, além de termos ampliado a representação dos nossos cidadãos nas instâncias continentais, como no Parlasul e no Parlatino.

A democracia resulta da vontade do povo – de todo o povo. Como ensina um de nossos princípios, devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades.

O grande avanço que testemunhamos nos direitos das mulheres, das crianças, da juventude, dos negros, das pessoas com deficiência, dos idosos e aposentados, da comunidade LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais) e de tantos outros ilustram o amadurecimento da política de inclusão dos brasileiros.

A construção de uma sociedade economicamente justa também é componente de uma verdadeira democracia política.

O desenvolvimento econômico de nosso país, a igualdade de condições no acesso à saúde, à educação e à renda são elementos que, aos poucos, temos batalhado para alcançar e que, certamente, evidenciam-se como os grandes desafios que ainda temos de enfrentar.

A confirmação dos avanços de nosso estado democrático tem sido constatada por diversas instituições internacionais.

A Freedom House, reconhecido instituto de aferição das liberdades de um país, tem conferido elevadas notas ao Brasil, no que diz respeito ao processo eleitoral, à liber-

dade de expressão, aos direitos de associação e ao pluralismo e participação política.

Apesar disso, o instituto aponta que ainda temos desafios, sobretudo, no funcionamento do governo, no estado de direito e na garantia dos direitos individuais.

Relatórios apontam que apesar do aumento considerável das investigações, a corrupção continua sendo um mal de nosso país, atingindo todos os níveis de governo – federal, estadual e municipal.

Já o funcionamento das instituições alinhadas à segurança pública é mais grave ainda. Temos uma preocupante cultura da violência, com altas taxas de homicídio, elevada impunidade, sistema prisional caótico e corrupção no judiciário e nas forças policiais.

Também temos testemunhado inúmeros casos de discriminação racial, de gênero e de orientação sexual, além de conflitos com as populações indígenas. Todos esses elementos constituem uma séria ameaça à garantia do pleno funcionamento das liberdades de nosso povo e das instituições democráticas.

Contudo, a própria democracia é o melhor remédio para a solução desses problemas.

Como disse o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon:

“A democracia não é apenas um fim em si. É também um poderoso vetor de progresso econômico e social, de paz, de segurança e de respeito pelos direitos e liberdades fundamentais”.

Mais democracia resulta em uma história de povos com mais dignidade e direitos humanos, com menos corrupção, mais justiça e melhor partilha do poder político.

Nas últimas décadas chegamos a passar por turbulências políticas e econômicas, além de ameaças institucionais. O ano de 2016 é o mais emblemático de todos.

Não podemos caminhar para trás. Temos que buscar sempre uma sociedade civil mais forte e uma estrutura política cada vez mais sólida e amadurecida. É na maior participação popular, no diálogo e na convergência que alcançaremos o objetivo comum a todos nós.

Devemos fortalecer nossas instituições. Devemos garantir, ainda mais, os direitos e as liberdades de nossos cidadãos. Devemos buscar, ainda mais, a igualdade econômica, social e política dos brasileiros.

3. **É bem conhecida a definição que Winston Churchill deu à democracia:** “é a pior forma de governo, excetuando-

se todas as demais que têm sido experimentadas de tempos em tempos”. Por trás da ironia, a frase resume bem a trajetória pela qual passou, ao longo da história, a valorização da democracia: de “forma degenerada” na teoria antiga das formas de governo a regime amplamente valorizado, mesmo quando não plenamente realizado nos quatro cantos do mundo, a forma democrática foi pouco a pouco percebida como a que oferece a melhor combinação possível de valores que queremos associar com nossa vida social: valores como liberdade, segurança, prosperidade.

Poderíamos ter mais segurança e prosperidade sob outros regimes, mas talvez com menos liberdade; poderíamos ter mais liberdade em outras configurações sócio-políticas, mas talvez com menos segurança ou com mais desigualdade – mas é na democracia que temos a possibilidade de alcançar o melhor balanço, a melhor combinação desse conjunto de valores.

Por trás desse ideal democrático estão dois grandes valores que funcionam como motores da democracia e que se tornaram centrais para a configuração do mundo contemporâneo. Primeiro, o ideal da autodeterminação ou do autogoverno. Segundo, o da igualdade.

Antes de qualquer outra coisa, o ideal democrático aponta para a ideia de autogoverno: a autoridade mais legítima é aquela que o povo exerce sobre si mesmo, em

algum sentido. Cabe àqueles que serão governados, também, decidir como se fará esse governo.

É o que ficou consolidado, tradicionalmente, no princípio da soberania popular, que aparece já no parágrafo único do primeiro artigo de nossa Constituição:

“Todo poder emana do povo”.

Junto com esse, vem o ideal de igualdade, valor chave do ideal democrático. Igualdade, antes de mais nada, de todos os cidadãos como membros plenos do soberano.

Mas democracia exige, também, lutar pela igualdade de direitos e de condições, pela eliminação dos condicionantes da exclusão, pela promoção de uma vida social na qual os resultados da cooperação sejam mais justamente distribuídos.

Tudo isso está implicado por nosso comprometimento com o ideal democrático e faz parte das promessas da democracia.

Isso é muito recente na história da humanidade. Foi só com a dinâmica inaugurada com as grandes revoluções do final do século XVIII – revoluções políticas, como a americana e a francesa, mas, sobretudo, a grande transformação econômica e social que foi a revolução industrial – que a

democracia começa a despontar como um valor que deveria orientar a organização da vida social e política.

4. No Brasil a história da democracia é ainda mais recente.

Nos 516 anos de nossa história, a contar desde a chegada dos portugueses, um regime que podemos chamar de democrático vigorou por pouco mais de 40 anos – comparemos isso com os mais de 300 anos em que vigorou uma instituição como a escravidão no País.

Vivemos hoje nossa segunda e mais longa experiência democrática iniciada há 28 anos com a promulgação da Carta de 1988 – experiência que foi antecedida de outra que durou menos, entre 1946 e 1964.

A adesão à democracia está ainda no começo, podemos afirmar, e precisa ser alimentada, sustentada, reafirmada constantemente para que a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática se verifique.

Apesar disso, o Brasil, nessas últimas décadas, deu passos importantes e significativos para consolidar entre nós o regime democrático.

5. O “povo soberano” é, antes de mais nada, o conjunto de cidadãos, daqueles que têm direitos políticos, especialmente o direito a voto.

Nossa primeira constituição republicana, a de 1891, definia como eleitores os cidadãos maiores de 21 anos, excluindo os “mendigos”, analfabetos, praças, religiosos sujeitos a voto de obediência – e aqui o termo “cidadãos” deve ser tomado literalmente, no gênero masculino, já que as mulheres estavam excluídas do voto.

A Constituição de 1934 inclui pela primeira vez expressamente as mulheres, estendendo também o direito de voto aos menores de 21 anos e maiores de 18. Mantém, no entanto, a referência aos “mendigos” e a exclusão dos analfabetos e praças, excetuando sargentos, aspirantes a oficial e alunos de escolas militares de ensino superior.

A Constituição de 1937 praticamente repete o texto da anterior, apenas trocando a referência as praças pelos “militares em serviço ativo”.

Em 1946, cai, enfim, a referência aos “mendigos” aparecendo, por sua vez, a restrição “aos que não saibam exprimir-se na língua nacional”, que se junta à proibição do alistamento dos analfabetos.

Permanece a exclusão das praças, estendendo-se as exceções, nesse caso, aos aspirantes a oficial, suboficiais, subtenentes, sargentos e alunos de escolas militares de ensino superior.

A Constituição de 1967 praticamente mantém o texto da de 1946.

Em 1985, com a Emenda nº 25, estende-se, finalmente, a possibilidade do voto aos analfabetos, confirmado em 1988.

6. A Constituição de 1988 inaugurou um novo arcabouço jurídico-institucional no país, com ampliação das liberdades civis e os direitos e garantias individuais. A nova Carta consagrou cláusulas transformadoras com o objetivo de alterar relações econômicas, políticas e sociais, concedendo direito de voto aos analfabetos e aos jovens de 16 a 17 anos. Estabeleceu também novos direitos trabalhistas, como redução da jornada de trabalho semanal de 48 para 44 horas, seguro-desemprego e férias remuneradas acrescidas de um terço do salário.

Outras medidas adotadas foram: instituição de eleições majoritárias em dois turnos; direito à greve e liberdade sindical; aumento da licença-maternidade de três para quatro meses; licença-paternidade de cinco dias; criação do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em substituição ao Tribunal Federal de Recursos; criação dos mandados de injunção, de segurança coletivo e restabelecimento do *habeas corpus*. Foi também criado o *habeas data* (instrumento que garante o direito de informações relativas à

pessoa do interessado, mantidas em registros de entidades governamentais ou banco de dados particulares que tenham caráter público).

Destacam-se ainda as seguintes mudanças: reforma no sistema tributário e na repartição das receitas tributárias federais, com propósito de fortalecer estados e municípios; reformas na ordem econômica e social, com instituição de política agrícola e fundiária e regras para o sistema financeiro nacional; leis de proteção ao meio ambiente; fim da censura em rádios, TVs, teatros, jornais e demais meios de comunicação; e alterações na legislação sobre seguridade e assistência social.

7. Em 2012, o eleitorado brasileiro ultrapassou os 140 milhões. Considerando-se que hoje já somos mais de 200 milhões de habitantes, conforme o IBGE, 70% da população brasileira pode exprimir-se por meio do voto.

A Carta de 1988 também conferiu aos cidadãos algumas prerrogativas que estimulam a participação. Cada vez mais, o legislativo, por exemplo, tem aberto canais de participação para os cidadãos – como exemplo disso, cito a criação, tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, de comissões permanentes que facultam a participação dos cidadãos.

Outros institutos como os Conselhos Setoriais de Políticas Públicas, além de experiências como as de orçamento participativo, têm ajudado a aprofundar essa participação institucionalizada dos cidadãos.

O arranjo institucional consagrado na Constituição de 1988 embora tenha sido objeto ao longo destes 28 anos, de intensa discussão (já aprovamos 93 emendas à Carta Magna), foi, em sua essência, mantido e apresenta avanços importantes em termos de institucionalização da democracia entre nós.

Ainda assim, restam várias questões importantes, como as que dizem respeito à representação – aliás, refletir sobre essa questão da representação tornou-se um imperativo ainda mais estratégico e premente depois das recentes manifestações políticas que tomaram as ruas do País (2013 e 2016), um fenômeno que não deixa de mostrar a força que a cultura democrática tem alcançado entre nós.

Também a questão das relações entre os Poderes e a discussão sobre a divisão de papéis e funções nos processos de tomadas de decisão, questão central para o funcionamento de um regime democrático, tem evoluído entre nós de forma sensível, dentro de um quadro de reforço das instituições democráticas.

Há ainda questões complexas, como a do papel do Executivo na legislação – tanto na edição de Medidas Provisórias quanto na oposição de vetos.

As discussões, porém, se dão dentro de um respeito generalizado às regras e princípios democráticos mais amplos, com os quais todas as partes estão igualmente comprometidas.

Do ponto de vista social, é preciso reconhecer que o país avançou significativamente nestes 28 anos de regime democrático.

Aprofundar a democracia entre nós implica necessariamente enfrentar de forma decidida esse estado de coisas. No entanto, apesar desses avanços há entre os brasileiros uma espécie de desencantamento com a política, que se confunde, algumas vezes, com um desencantamento com a própria democracia.

8. Se queremos consolidar entre nós a democracia, temos de cuidar para que uma verdadeira cultura democrática se instale no seio de nossa cidadania. Isso não é simples. Implica em variáveis complexas, como o combate efetivo à corrupção e a demonstração de eficácia na execução das políticas públicas que promovam o bem-estar e a justiça social.

Passa também pela criação de mecanismos de maior participação cidadã e pela reforma política, partidária e eleitoral que reestruture a forma como a sociedade está representada nas instâncias decisórias, em especial no Parlamento.

Seja como for, creio que estamos no bom caminho.

Neste quarto de século de nossa atual experiência democrática, apesar de todos os problemas que enfrentamos – políticos, econômicos, sociais – em nenhum momento as instituições democráticas estiveram realmente em risco sério de serem abandonadas.

Isso é sinal de que atingimos um patamar para aquém do qual não é mais possível retornar, uma maturidade que tem implicações importantes para nosso futuro político.

Só nos cabe avançar em direção a uma sociedade cada vez mais democrática.



II – A pedra

“A pedra angular era a pedra fundamental utilizada nas antigas construções, caracterizada por ser a primeira a ser assentada na esquina do edifício, formando um ângulo reto entre duas paredes. A partir da pedra angular eram definidas as colocações das outras pedras, alinhando toda a construção. Ela é o elemento essencial que dá existência àquilo que se chama de fundamento da construção”.

AQUI, A PEDRA REPRESENTA AS “PELEJAS” DO BRASIL: saúde, educação, infraestrutura, ciência e tecnologia, emprego e renda. Que país queremos? Que nação sonhamos?

1. Quantas vezes ouvimos a pergunta “Que país é este?”

Francelino Pereira dos Santos, um advogado piauiense formado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dedicou mais de 50 anos à vida pública, a partir do início da década de 1950.

De vereador em Belo Horizonte a Senador da República, onde ocupou cadeira de 1995 a 2003, Francelino galgou sucessivas posições em sua ascendente carreira política. Foi deputado federal, governador “biônico” de Minas Gerais e dirigente de empresas e órgãos públicos.

Em 1976, durante o governo militar, discutia-se uma promessa de iniciar uma transição gradual do regime ditatorial para o regime democrático. Assim, gradualmente, os governadores seriam eleitos pelo voto direto dali a dois anos.

Os opositores do regime, com justificável desconfiança, duvidaram da promessa. Nesse contexto, Francelino Pereira perguntou:

“Que país é este em que o povo não acredita no calendário eleitoral?”

A frase ficou eternizada como se fosse escrita em bronze e exposta em praça pública.

Entretanto, no ano seguinte, o governo militar fechou o Congresso Nacional, dilatou o mandato dos presidentes da República para seis anos e criou a figura dos “senadores biônicos”, ou seja, aqueles que comporiam um grupo indicado pelo Presidente da República, correspondente a um terço dos membros do Senado Federal.

Mais ainda, a “lenta, gradual, mas segura distensão política” implicou eleger governadores pelo voto direto somente após seis anos transcorridos desde a famosa frase de Francelino Pereira, ou seja, a promessa só foi cumprida em 1982.

Em 1978, Renato Russo, o icônico vocalista e compositor, líder das bandas Aborto Elétrico e Legião Urbana transformou essa frase no refrão de sua famosa música:

“Nas favelas, no Senado, sujeira pra todo lado, ninguém respeita a constituição, mas todos acreditam no futuro da nação, que país é esse?”

2. O que o Brasil precisa fazer para tornar-se um país desenvolvido, uma nação do chamado primeiro mundo? O que fazer em momentos de crise?

Há décadas nos deparamos com obras acadêmicas, filmes, poemas, letras de canções, pronunciamentos e sentenças judiciais cujos autores apontam as mazelas do

nosso país e, espelhando o inconsciente coletivo do nosso povo, perguntam, perguntam, perguntam.

Mas, e as respostas? Onde estão as respostas?

Respostas que se sustentam em apenas frágeis pilares retóricos pouco adiantam. É preciso interromper os sucessivos ciclos de respostas vazias, evasivas e enfeitadas como os bolos de noiva. **A sociedade brasileira está olhando a classe política brasileira com cara de poucos amigos – e não é de hoje.**

Professores, políticos, jornalistas e palestrantes, entrevistados pelos meios de comunicação, repetem respostas que ninguém aguenta mais. “A crise é sinônimo de oportunidade” repetem, fazendo referência à cultura chinesa, na qual a palavra crise é a combinação de dois símbolos: um significando “perigo” e o outro “oportunidade”.

3. Precisamos fazer as coisas.

Já ouvimos, muitas vezes, que os momentos de crise são propícios para que as empresas cortem custos, racionalizem, demitam, invistam, ganhem produtividade, que o governo faça reformas trabalhista e previdenciária.

Reiteradas vezes, os economistas nos advertiram sobre “aproveitar o momento adequado”, aquele em que

os grandes visionários estabelecem as suas bases para o “grande salto”. Aplica-se raciocínio análogo aos governos. Entretanto, sucessivamente, os governos são incapazes de formular respostas simples e diretas. Os inúmeros desafios que precisam ser solucionados ou, pelo menos, encaminhados remanescem – e a lista é enorme.

4. Para sermos um “país do futuro”, precisamos de mais investimentos em saúde, como, por exemplo, no Sistema Único de Saúde (SUS). Precisamos aprimorar a distribuição em termos regionais dos profissionais da área da saúde: médicos, enfermeiros, fisioterapeutas etc.

A criação do SUS foi um marco na história da assistência sanitária em nosso País. Sua concepção é de que a saúde é um direito social, como reconhece a Constituição de 1988, em seu art. 196, ao estabelecer que a saúde é um "direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e, ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Ninguém nega o direito de cada cidadão à saúde, ainda que, até recentemente o Estado não assumisse esse postulado como um dever e como política pública prioritária.

Até meados do século passado não havia sistema de saúde pública em nosso País, mas tão somente ações de instituições filantrópicas e uma assistência prestada pelos institutos de aposentadorias e pensões, vinculados a determinados segmentos do mercado de trabalho.

O sistema de proteção social só se expandiria a partir do Governo Vargas, mas era ainda precário e fragmentado.

O SUS veio dar universalidade, integralidade assistencial, promoção da saúde e participação comunitária, com recursos públicos para a assistência sanitária a todos os cidadãos brasileiros.

Embora o sistema público de saúde tenha melhorado de forma significativa nas últimas décadas, precisa ser continuamente aprimorado, uma vez que se relaciona diretamente com a preservação e a qualidade de vida do nosso povo.

5. **O SUS, nas últimas décadas, tem enfrentado muitos desafios entre os quais podemos citar:** o rápido processo de urbanização vivido pelo Brasil. Essa migração campo-cidade resultou na criação ou expansão de municípios sem infraestrutura de serviços públicos básicos, como o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, o recolhimento do lixo.

Esses serviços são diretamente vinculados à condição de saúde da população com o agravante da desigualdade social ou regional.

A cobertura de esgotos sanitários, por exemplo, é fundamental para evitar a propagação de doenças infecciosas, como as diarreias e a hepatite, mas apenas 44% dos domicílios brasileiros têm acesso a esse serviço.

A desigualdade regional é gritante: enquanto no Sudeste essa cobertura é de 69,8% dos municípios, na região Norte é de apenas 3,8%.

A mesma situação se repete na prestação de serviços como o fornecimento de água, o recolhimento de lixo e o acesso à educação que é considerado fundamental para a conscientização das pessoas em relação à prevenção de doenças.

6. O SUS trouxe importantes benefícios para a população brasileira, está no caminho certo e, evidentemente, precisa e deve ser aprimorado.

O que nem sempre ocorre é a prestação dos serviços com a rapidez e a qualidade que se pretende, motivo pelo qual **um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) concluiu que a desigualdade nos serviços de saúde divide o Brasil em dois: o dos pobres e o dos ricos.**

Um desses indicadores é o número de leitos disponíveis. Entre 2005 e 2009, de acordo com a pesquisa de Assistência Médico-Sanitária, do IBGE, o Brasil perdeu mais de 11 mil leitos nos estabelecimentos de saúde, o que explica as grandes filas.

Nas sete maiores capitais brasileiras estima-se que 170 mil pacientes podem esperar até cinco anos por uma cirurgia não emergencial.

Outros números demonstram a realidade desse Brasil fracionado. De um total de 431 mil leitos, 35,4% são de instituições públicas e 64,6% de hospitais privados.

A maioria dos leitos, 54,2%, se distribui pela região Sudeste, que concentra a população de maior renda, seguindo-se o Nordeste, com 19,4%, o Sul, com 15%, o Centro-Oeste, com 6,7% e a região Norte, com 4,6%.

No Nordeste, que detém a segunda classificação em número de leitos, os serviços de melhor qualidade se concentram nas capitais e, principalmente, nos bairros onde o poder aquisitivo é maior.

Tudo isso confirma a fratura social desse nosso Brasil, apesar de termos obtido melhorias pontuais na inserção social e na distribuição da renda. Nesse aspecto, é importante salientar a importância não apenas de investir na assistência médica, mas também na promoção social e no combate à miséria.

O SUS nos permitiu avançar muito na promoção da saúde em nosso País. Mas é importante lembrar que o setor de saúde lida diretamente com a preservação da vida e com o sofrimento das pessoas, exigindo, portanto, um esforço para que as ações de saúde sejam continuamente aprimoradas.

7. Na educação, melhoramos. Contudo, ainda temos uma longa caminhada pela frente. A taxa de alfabetização, por exemplo, é um dos indicadores mais importantes para avaliarmos esses desafios a serem enfrentados, pois revela a situação educacional e, conseqüentemente, as condições sociais do País.

Segundo dados do IBGE, os resultados do Censo 2010 indicaram que aproximadamente 91% da população brasileira com dez anos ou mais anos são alfabetizados.

Em comparação aos resultados do Censo de 2000, a situação da alfabetização melhorou no País, pois a taxa de analfabetismo diminuiu de 12,8% para 9% em 2010. Mas, apesar dos avanços, temos um percentual de 9% de não-alfabetizados, o que equivale a dizer que, aproximadamente, 18 milhões de brasileiros não sabem ler e escrever.

Os especialistas são unânimes ao apontar que, se o Brasil não educar adequadamente a sua população e qualificar a mão de obra disponível, dificilmente con-

seguirá manter um crescimento sustentável. Segundo esses estudiosos, a solução definitiva para a educação brasileira passa pela valorização dos professores que, além de não serem reconhecidos pelo seu mérito, recebem salários indignos e, com honrosas exceções, carecem de mínimas condições de trabalho.

A Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), registrou, segundo levantamento do Ministério da Educação (MEC), uma grande adesão dos estados e municípios brasileiros.

Essa é uma norma legal que exige dedicação e responsabilidade, traduzidas no efetivo cumprimento das 20 metas pactuadas. São objetivos a serem alcançados ao longo dos próximos dez anos.

Cabe ao Poder Legislativo não apenas acompanhar seu cumprimento, mas também entregar ao país as leis que o PNE prevê, relativas à instituição do Sistema Nacional de Educação e à responsabilidade educacional.

O Senado e a Câmara também precisam garantir a consecução das metas, por meio de dotações compatíveis no processo orçamentário.

Precisamos identificar que tipo de educação queremos para as atuais e futuras gerações. Para tanto, preci-

samos enxergar o Brasil como ele é – e, somente depois, definirmos o Brasil que queremos.

8. Na infraestrutura (energia, telecomunicações, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, saneamento) o Brasil investe, por ano, cerca de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), percentual que está estacionado desde 1980, um patamar insuficiente para repor o que é depreciado e ainda expandir a capacidade de oferta. Ou seja, o Brasil investe pouquíssimo para um país que almeja ser uma verdadeira nação de primeiro mundo.

De acordo com especialistas, “teríamos que investir pelo menos 3% do PIB para manter o estoque de infraestrutura existente. **Para reduzirmos a discrepância com países emergentes com alto crescimento deveríamos investir pelo menos, 5% do PIB de forma contínua.** O quadro se torna ainda mais grave porque, além de investimentos pouco, investimos mal”.

Ainda, segundo especialistas, há um fator que está ligado diretamente a redução do investimento em infraestrutura: os programas de ajuste econômico. Desde a década de 80, foram várias crises como em 1982, 1990, 1999 e 2003. Tradicionalmente os ajustes apresentados cortam abundantes cifras diretamente na carne.

A pesquisadora Luísa de Azevedo, da Fundação Getúlio Vargas, reafirma que os investimentos em infraestrutura ainda estão aquém do ideal. O investimento é bastante ineficiente, o retorno de cada real gasto no setor é baixo. O problema vai-se acumulando e gerando alguns gargalos.

Houve, é claro, algumas iniciativas favoráveis como a implantação, em 2007, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – um conjunto de políticas econômicas e planejadas, com o objetivo acelerar o crescimento, sendo uma de suas prioridades o investimento em saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.

9. **“Que país é este? ”, como diria o Senador Francelino, ou “Que país é esse? ”, como diria o rebelde Renato Russo,** tanto faz. A incômoda pergunta trafega em nosso inconsciente coletivo.

O que o nosso povo quer saber é o que deve ser consertado no Brasil e, principalmente, qual é o Brasil do futuro, aquele que queremos para nossos descendentes.

Além de enfrentar os problemas da saúde, educação e infraestrutura, temos de investir, também, em ciência e tecnologia. O novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia

e Inovação, sancionado em janeiro de 2016, aponta para uma reorientação da pesquisa científica no Brasil.

Ao estabelecer esse marco, a Lei nº 13.243 promove a desburocratização das compras e impulsiona o trabalho conjunto entre instituições públicas e privadas de pesquisa. Ao tornar clara a relação dos pesquisadores com a universidade, com as fundações das universidades e com o setor produtivo, tira-se das prateleiras das instituições de ensino e pesquisa a ciência nelas produzida.

Aproximar universidades e empresas permite dinamizar a pesquisa; promove o desenvolvimento científico e tecnológico; e estimula a inovação. Por isso, é possível catalisar o processo de inserção de empresas e instituições privadas de pesquisa nas iniciativas públicas.

A Lei permite aos pesquisadores de instituições públicas contratados sob regime de dedicação exclusiva exercer até 416 horas de atividades remuneradas em pesquisas cooperadas com empresas. Mas ainda é necessário concluir o processo de regulamentação da lei.

Infelizmente, em uma economia como a nossa, pesquisas concluídas nas universidades, mas que não chegam ao mercado, não geram inovação. Nesses casos, a inovação exige a participação de todos, do Poder Público e da

iniciativa privada, transformando o conhecimento em produto.

Outro ponto positivo da Lei é buscar a garantia de inovação promovendo a formação de pesquisadores para atuar no setor privado. Entretanto, se para inovar é imprescindível desenvolver tecnologia, construir estruturas físicas, o principal obstáculo para a inovação é a qualificação dos jovens interessados nessas áreas de pesquisa. Essa lei facilitou a concessão de vistos temporários para pesquisadores estrangeiros em áreas estratégicas, mas temos de investir maciçamente nos jovens brasileiros.

10. Um dos gargalos que empaca o desenvolvimento nacional e a cultura de inovação tecnológica e deixa desiludidos aqueles que querem investir, gerar empregos e riqueza em nosso País é a burocracia para a liberação de marcas e patentes.

O relatório da Thomson Reuters constatou que o Brasil é um canteiro fértil da inovação, mas lida com um problema crônico: a lentidão do INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial). Somente em 2012, havia mais de 150 mil solicitações acumuladas, não sendo incomum que a aprovação de algumas tomasse oito ou até mesmo dez anos.

Essa situação vem, inclusive, constituindo entrave aos investimentos estrangeiros, uma vez que tal lentidão prejudica o retorno financeiro dos projetos por perda de receitas, e ainda contamina a segurança da propriedade industrial, garantida em última instância somente pela concessão da patente.

Enquanto isso, nos países ricos ou em desenvolvimento, a situação é bem diferente. Em Taiwan, o prazo é, em geral, de 36 meses para a concessão de patentes industriais sendo da ordem de um ano, apenas, no caso as relativas a *design* ou a marca.

Os Estados Unidos, o Reino Unido, o Japão, o Chile, entre muitos outros, demandam cerca de três anos para a concessão do registro final da patente e marcas, havendo um sistema abreviado nesse último país que pode ajudar a reduzir ainda mais, em alguns casos pré-definidos, o prazo de concessão.

Apresentei uma proposta audaciosa: o PLS 316/2013. De acordo com ele, o exame e a concessão do pedido de marcas e patentes devem ser concluídos, nos casos gerais, em um prazo máximo de 180 dias. O projeto foi aprovado no Senado no final de 2015. Atualmente aguarda indicação de relator na Comissão de Desenvolvimento da Câmara dos Deputados (PL 3406/2015).

A iniciativa é um claro sinal ao governo da necessidade de avanços na legislação vigente, nas políticas públicas e, é claro, na disponibilização de mais recursos ao bom desempenho dos órgãos críticos para a economia da inovação tecnológica, entre os quais se destaca o INPI.

E aí voltamos à educação. Afinal, como formaremos especialistas em engenharia de redes, inteligência artificial, biotecnologia, engenharia, química fina e nanotecnologia sem darmos uma educação de qualidade para as nossas crianças e para os nossos jovens? Com a enorme carência de professores de matemática, física, química e biologia em nossa rede pública de ensino, estaremos permanentemente à espera de um gênio isolado para nos representar mundo afora.

11. Até 2003, contava-se praticamente nos dedos o número de escolas profissionalizantes. Os recursos disponibilizados pelo governo eram escassos e, na sua grande maioria, muito mal utilizados. Para um país que se dizia em vias de desenvolvimento, era um fiasco total.

Num período de 90 anos nós tivemos apenas 100 escolas técnicas. Nos últimos 12 anos esse número passa a crescer visivelmente e alcançamos o total de mais de 400 escolas federais de educação profissional, *campus* dos ins-

titutos federais de educação, ciência e tecnologia. Só na rede federal foram investidos mais de R\$1 bilhão.

Foram repassados também R\$1,5 bilhão a 23 estados pelo programa Brasil Profissionalizado.

Outra ação foi o acordo de gratuidade com as entidades que compõem o Sistema S – Senai, Senac, Sesi e Sesc. Já foram geradas mais de 350 mil matrículas gratuitas nas escolas do Senac e do SENAI nos últimos anos.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) atinge milhões de brasileiros mediante cursos técnicos e de qualificação profissional, além de bolsas e financiamento estudantil.

Tenho uma proposta de emenda à Constituição (PEC 24/05) que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (Fundep). A ideia é que o Fundep receba 2% da arrecadação dos impostos sobre a renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), além de 3% da arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.

O Fundep é uma proposta ousada cuja intenção é triplicar o número de matrículas em cursos profissionais de nível médio e expandir significativamente os cursos de menor duração, destinados à formação continuada de trabalhadores.

12. O Brasil possui cerca de 12 milhões de desempregados.

Uma alternativa para combater o desemprego e gerar novos postos de trabalho é a redução da jornada de trabalho das atuais 44 horas semanais para 40 horas, sem redução salarial. Segundo o DIEESE, de imediato seriam gerados mais de 3 milhões de empregos. Em 1995, juntamente com o então Deputado Inácio Arruda apresentei uma proposta de emenda à Constituição (PEC 231/95) com esse objetivo.

A jornada brasileira é maior que a de países desenvolvidos e até de outros latino-americanos. Na Alemanha, a jornada semanal é de 39 horas; nos Estados Unidos, 40; na França, 38; no Japão, 43; e no Canadá, 31 horas. No Chile, a jornada semanal é de 43 horas e na Argentina, de 39. Nestes países, a jornada foi reduzida nos últimos 20 anos.

Com a redução da jornada para 40 horas e gradativamente para 36 horas, o trabalhador terá uma melhoria na sua vida, ampliando o tempo para lazer com sua família, qualificação e vida social. Ela também evitará muitos acidentes de trabalho, ocasionados pelo cansaço.

13. Micro, pequenas e médias empresas são o principal lastro da economia brasileira. Elas representam 25% do PIB e geram 15 milhões de empregos diretos, ou seja, 60% dos empregos formais do País.

Existem hoje, aproximadamente, seis milhões de estabelecimentos. Segundo dados do Sebrae, mais de 99% dos novos empreendimentos formais criados anualmente no País são micro, pequenas empresas e empreendedores individuais.

Por outro lado, sabemos que a informalidade é muito grande nesse setor. Há também outros problemas como, por exemplo, as exigências burocráticas e as dificuldades de acesso ao crédito.

Esses números demonstram a importância que este segmento da economia possui. Portanto, os Poderes Executivo e Legislativo tem que estar sintonizado e propondo medidas que vão ao interesse desse segmento.

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional aprovou um importante projeto. O PLS 376, de minha autoria, institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas, com o objetivo de estimular os pequenos empreendimentos, por meio de financiamentos especiais.

Para racionalizar a gestão, o projeto prevê a unificação dos futuros recursos orçamentários federais destinados aos segmentos produtivos de pequeno porte, em rubrica específica. Esse projeto já foi aprovado no Senado. Atualmente tramita na Comissão de Desenvolvimento da Câmara dos Deputados.

14. **Durante a Ditadura Militar, a coragem do poeta Affonso Romano de Sant'Anna** impressionou a todos. Ele lançou uma coletânea de poemas que compunham um panorama crítico da sociedade brasileira da época.

O poema que dá título ao livro intitula-se “Que País é Este?”. Traduzido em diversos idiomas, virou um ícone transformado em pôsteres mundo afora. Em espanhol, em inglês, em francês ou em alemão, o Brasil foi descrito nas paredes das livrarias, nos vagões de metrô e nas portas dos bares:

“Vinha de um berço esplêndido para um futuro radioso e éramos maiores em tudo, discursando rios e pretensão. Uma coisa é um país, outra um fingimento. Uma coisa é um país, outra um monumento. Uma coisa é um país, outra o aviltamento.

Há 500 anos caçamos índios e operários. Há 500 anos queimamos árvores e hereges. Há 500 anos estupramos livros e mulheres. Há 500 anos sugamos negras e aluguéis. Há 500 anos dizemos: que o futuro a Deus pertence, que Deus nasceu na Bahia, que São Jorge é guerreiro, que do amanhã ninguém sabe, que conosco ninguém pode, que quem não pode sacode.

Há 500 anos somos pretos de alma branca, não somos nada violentos, quem espera sempre alcança. Há 500 anos somos raposas verdes, colhendo uvas com os olhos, seme-

amos promessa e vento com tempestades na boca, sonhamos a paz na Suécia com suíças militares, vendemos siris na estrada e papagaios em Haia, Mas sigo o meu trilho. Falo o que sinto e sinto muito o que falo – pois morro sempre que calo”.



III – O fogo

“O fogo se expressa num simbolismo de variados aspectos, pode ser associado à paixão ou à cólera, aquecedor ou destruidor, sagrado, transformador, iluminador e regenerador. Pode representar também o espírito ou o conhecimento intuitivo. Tal como o sol e seus raios, o fogo e suas chamas representam a força fecundante, purificadora e iluminadora”.

AQUI, O FOGO REPRESENTA TODOS os brasileiros e brasileiras, mulheres e homens, de norte a sul, das cidades, dos campos, das florestas e do litoral. Somente com o povo mobilizado, garganta rouca e bandeiras ao vento é que vamos mudar o Brasil.

1. **As grandes mudanças – sociais, políticas e econômicas –** que o Brasil precisa só serão alcançadas com o povo nas ruas.

A história cobra um preço altíssimo daqueles que somente aplaudem a banda passar sem fazer nada, bocas caladas, olhos fechados, como meros coadjuvantes. Isso deixa a estrada livre para a tomada de poder por grupos elitistas e oligárquicos, sem compromisso algum com o todo, apenas com o objetivo de sangrar o Estado e usufruir a sua estrutura em benefício próprio. O presente e o futuro do nosso País dependem exclusivamente da ação organizada e contínua da nossa gente. Os palácios de Brasília, as sedes dos governos estaduais e municipais só se movimentam quando os tambores rufam seus gritos de indignação.

2. **O Senador Teotônio Vilela – O menestrel das Alagoas – lançou no início de 1983,** em um programa de tv, a campanha das Diretas Já para presidente da República. No dia 31 de março ocorreu a primeira manifestação pública no recém emancipado município de Abreu e Lima, em Pernambuco. Nos meses seguintes ocorreram eventos em Goiânia, Curitiba e na cidade de São Paulo.

A crise econômica varria o País inteiro com uma inflação anual de 239%. Os sindicatos, os movimentos sociais e entidades de classe cada vez mais se mobilizavam. Eles

estavam sedentos por mudanças estruturais e políticas. Queriam o fim do regime ditatorial que há quase vinte anos cerceava os direitos democráticos do povo brasileiro.

O movimento pela liberdade avançou nos quatro cantos do País. O povo começou a tomar conta das ruas. No dia 25 de janeiro de 1984, mais de 1,5 milhão de pessoas compareceram a um comício no Vale do Anhangabaú, no centro da capital paulista para apoiar o movimento. O ato é liderado por Ulisses Guimarães, Tancredo Neves, Fernando Henrique Cardoso, Leonel Brizola, Luiz Inácio Lula da Silva, Luís Carlos Prestes, Miguel Arraes, entre tantos outros políticos, além de reunir estudantes, jornalistas, intelectuais e artistas como Chico Buarque, Mário Lago e Gianfrancesco Guarnieri.

O Deputado Federal Dante de Oliveira apresentou uma proposta de emenda à Constituição estabelecendo eleições diretas. No dia 25 de abril ela é votada, obtendo 298 votos a favor e 65 votos contra. Devido a uma manobra de políticos aliados ao regime militar, não compareceram 112 deputados ao Plenário da Câmara. A emenda foi rejeitada por não alcançar o número mínimo de votos para a sua aprovação.

Às vésperas da votação, o Distrito Federal foi submetido às Medidas de Emergência do Governo Federal. Ocorreram blecautes de energia em parte das regiões Sul

e Sudeste do País, causando apreensão na população que esperava acompanhar a votação pelo rádio. O apagão durou cerca de duas horas e foi, segundo a Eletrobrás, causado por problemas técnicos na rede de transmissão. Em Brasília, tropas do Exército ocuparam parte da Esplanada dos Ministérios e posicionaram-se também em frente ao Congresso.

O movimento Diretas Já foi de fundamental importância para a redemocratização do Brasil. Esse momento épico da nossa história levou a queda do regime ditatorial com a volta do poder civil em 1985. Em 1988 é promulgada a Constituição Cidadã e em 15 de novembro de 1989 são realizadas eleições diretas para presidente.

3. **Uma das canções mais tocadas nas rádios e cantadas pelas praças e ruas do Brasil**, em 1992, foi Vento Ventania dos roqueiros do Biquini Cavadão:

“Vento, ventania, me leve para as bordas do céu, pois vou puxar as barbas de Deus. Vento, ventania, me leve para onde nasce a chuva, pra lá de onde o vento faz a curva. Me deixe cavalgar nos seus desatinos, nas revoadas, redemoinhos, vento, ventania, me leve sem destino.

Quero juntar-me a você, e carregar os balões pro mar, quero enrolar as pipas nos fios, mandar meus beijos

pelo ar. Vento, ventania, me leve para os quatro cantos do mundo, me leve pra qualquer lugar”.

Os “caras-pintadas” foi o movimento que jovens e estudantes realizaram para o *impeachment* de Fernando Collor de Melo, então presidente da República. Eles se basearam nas denúncias de corrupção e nas medidas econômicas que estavam sendo implantadas. Eram milhões de norte a sul com rostos pintados nas cores verde e amarelo.

Collor de Melo foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto depois do regime militar. Seu governo aplicou várias medidas de caráter anti-inflacionário, como mudança de moeda, criação impostos e redução de incentivos, aumento de tarifas públicas, dentre outras. A medida de maior repercussão foi o empréstimo compulsório ao governo de todo valor mantido na poupança que excedesse os 50.000 cruzeiros. A medida ficou conhecida popularmente como confisco da poupança.

Pedro, irmão de Fernando, no início de 1992, apresentou à revista Veja documentos que indicavam corrupção no governo: enriquecimento ilícito, evasão de divisas e tráfico de influência. O escândalo PC Farias veio à tona.

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais e partidos políti-

cos fizeram o Movimento pela Ética na Política. A UNE (União Nacional dos estudantes) e a UBES (União Brasileira de Estudantes Secundaristas) criaram o Movimento “Caras-Pintadas”.

Uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) é criada no Congresso Nacional. As manifestações pelo país crescem. Milhões de brasileiros vão às ruas em uníssono “Fora Collor”.

A Câmara dos Deputados vota a favor do processo de *impeachment*. Foram 448 deputados a favor, 38 contra, 23 ausentes, 1 abstenção.

Fernando Collor renunciou ao cargo para preservar seus direitos políticos no dia 29 de dezembro de 1992. Mesmo assim o Congresso Nacional realizou o julgamento.

4. Em junho de 2013 o País foi surpreendido com o povo protestando nas ruas. Foram várias manifestações por todo o País que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público.

No início eram poucos. Depois o movimento ganhou enorme apoio popular. Milhões protestaram agora não somente pela redução das tarifas de transporte, mas também contra a má qualidade dos serviços públicos de saúde, educação e segurança, contra a corrupção e contra os gas-

tos em eventos esportivos como a Copa do Mundo que seria realizada no ano seguinte e a Olimpíada do Rio (2016). Os protestos ganharam repercussão internacional e vários atos de apoio foram realizados em países da Europa.

O governo, pressionado, anunciou algumas medidas para atender às reivindicações do movimento. Já o Congresso Nacional votou uma série de concessões como ter tornado a corrupção um crime hediondo e arquivou a proposta de emenda à Constituição (PEC 37), que proibiria investigações pelo Ministério Público. O Congresso também proibiu o voto secreto em votações para cassar o mandato de legisladores acusados de irregularidades. Os manifestantes alcançaram a revogação dos então recentes aumentos das tarifas nos transportes em várias cidades do País, com a volta aos preços anteriores ao movimento.

Interessante é que os protestos de junho de 2013 seguiram o mesmo processo de “propagação viral” de protestos em outros países, como a Primavera Árabe, no mundo árabe, Occupy Wall St., nos Estados Unidos, e Los Indignados, na Espanha.

5. **Antônio de Frederico Castro Alves assim escreveu: a praça é do povo**, como o céu é do condor, é o antro onde a liberdade cria águias em seu calor!

Todas as manifestações da população são legítimas, independentemente de correntes ideológicas, políticas ou partidárias. A população tem direito a expressar-se e manifestar-se livremente, mesmo que sejam contrárias as nossas opiniões. Nesse mar de cantorias não há espaço para a violência e muito menos para a repressão.

No processo que levou ao *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff ficou muito claro a posição da sociedade. Um grupo foi às ruas exigir a sua saída; outro levantou bandeiras em defesa da democracia.

Publicamente deixei clara a minha posição. A cultura democrática pressupõe que a lei é para todos. **A punição seletiva demonstra uma parcialidade característica dos regimes antidemocráticos.**

O Executivo, o Legislativo e o Judiciário estão perdidos em suas próprias atribuições e promiscuidades. E aí vem a pergunta: será que os homens que estão à frente desses poderes possuem cultura democrática suficiente para fazer valer a Constituição Cidadã?

Cada um deve compreender seu papel dentro da democracia, ainda mais num tempo em que os acontecimentos são tão imediatos e que a cobrança por respostas mais concretas, pautadas em juízo de valor e não mais em dogmas, se faz urgente.

A ausência de cultura democrática faz com que a sociedade esqueça um direito adquirido e nem se dê conta da perda dele. Da mesma forma atua a pregar o ódio a quem pensa diferente. Isso é inadmissível. E aqui uma questão: até quando os brasileiros vão se submeter a ser massa de manobra?

Continuamos pecando e não entendendo que o Brasil é dos brasileiros. A mesquinhez de grupos e suas supostas moralidades, mais uma vez, colocam o Brasil à deriva. Se há erros, e são muitos, cabe a todos nós resolvê-los.

Mesmo havendo erros, pode-se ver algo positivo neles, ou seja, eles vêm dar maior sentido à cultura democrática, levando à construção de uma relação mais sólida das pessoas com as instituições. Aos poucos vai havendo o entendimento de qual é o papel de cada um.

5.1 “Sonhar o sonho impossível, sofrer a angústia implacável. Pisar onde os bravos não ousam, reparar o mal irreparável. Amar um amor casto à distância, enfrentar o inimigo invencível. Tentar quando as forças se esvaem, alcançar a estrela inatingível: essa é a minha busca” – Dom Quixote.

Essa é a nossa busca.



IV – Construindo a cidadania

ALUZ ESTÁ ASSOCIADA À FORÇA ESPIRITUAL, ao voo do falcão, à esperança, ao conhecimento, à consciência, à cumplicidade, à identidade, ao respeito aos direitos humanos, aos direitos e deveres civis, políticos e sociais. Cidadania é luz.

Aqui, a luz é expressa no trabalho e na ação do legislador: sonhos, lutas, angústias e lágrimas, projetos, leis, defesa do Brasil, igualdade de oportunidade para todos. Tudo que leve a melhoria da vida dos brasileiros.

1. **“Se as coisas são inatingíveis... Ora. Ora! Não é motivo para não querê-las... Que triste os caminhos, se não fora a mágica presença das estrelas”.** A frase de Mario Quintana bate fundo na alma de todos que acreditam e sonham com um país mais solidário e justo.
2. **Nessas três últimas décadas avançamos na construção, negociação e aprovação** de várias matérias legislativas cujo objetivo é favorecer as minorias. Entre elas, o Estatuto do Idoso, Lei Federal nº 10.741/2003.

O Estatuto do Idoso tem trazido melhorias à vida dos idosos e das idosas do nosso País. Seu objetivo é assegurar uma velhice digna aos brasileiros. Conjuntamente com os que já somos, todos seremos velhos um dia. Menos, é certo, aqueles que não tiveram a ventura de viver até a terceira idade.

A categoria dos idosos é uma minoria curiosa. Em primeiro lugar, porque é uma minoria que crescerá relativamente ao total da população nas próximas décadas; digamos assim, é uma minoria que se movimenta em direção a ser maioria, embora talvez nunca chegue a sê-lo. E em segundo lugar, é uma minoria à qual potencialmente todos pertencerão no futuro. O seu alcance é enorme, portanto. A sua importância relativa, crescente. É uma minoria, queiramos ou não, inclusiva.

A população de brasileiros considerada idosa, isto é, acima de 60 anos, corresponde a cerca de 12% da população total. As estimativas demográficas apontam para quase 19% daqui a 14 anos, em 2030. E para quase 30% em 2050. Em outras palavras, daqui a apenas 35 anos, cerca de um terço dos brasileiros serão idosos. Vale notar que a participação dos mais idosos entre os idosos, digamos, os que têm mais de 80 anos, também aumenta, em razão do aumento da longevidade.

Por esse motivo, o Estatuto do Idoso, que é um diploma legal em que se concentram normas cíveis e penais e se consagram princípios éticos, veio em boa hora, para atender aos interesses e aos direitos da terceira idade. A velhice bem vivida pode ser bela, mas é um período da vida que não costuma ser fácil. É um período de muitas mudanças que requer atenção e cuidados.

Os velhos, por exemplo, costumam ser mais vulneráveis a transtornos psicológicos causados por alterações biológicas e sociais. Algumas das causas podem ser perda de autonomia financeira e motora, morte de familiares e amigos, saúde frágil e isolamento social, entre outras. Daí não serem infrequentes o aparecimento de algumas doenças típicas da idade, como demência, Alzheimer, esquizofrenia, depressão, bipolaridade, ansiedade, cujo nome mais corriqueiro seria medo.

Tratar bem velho, dando-lhe proteção e dignidade, é questão da mais alta relevância humana e um dos índices mais eloquentes de nível de civilização de um país. E aqui novamente Mário Quintana nos inspira: “O espírito é variável como o vento. Mais coerente é o corpo. E mais discreto... Mudaste muita vez de pensamento, mas nunca de teu vizinho predileto”.

O Estatuto do Idoso compõe-se de 118 artigos que buscam garantir vida, liberdade, justiça, dignidade, saúde, alimentação, habitação, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, previdência social, assistência social, proteção jurídica, criminalização de maus tratos e percepção de salário mínimo para o idoso pobre que comprove não ter condições financeiras de manter-se. É um enorme avanço legal, com consequências práticas palpáveis, no relacionamento da sociedade brasileira com os seus velhos.

Um avanço dessa magnitude na proteção de direitos de uma minoria, mediante adesão tão ampla da sociedade, não seria possível ou, ao menos, seria muito mais difícil se não pudéssemos contar, como hoje de fato podemos, com a vigência do arcabouço democrático entre nós; seria quase impossível sem o sistema político que nos garante liberdade de pensar, de dizer, de reivindicar, de exigir, de

nos unir e reunir, de publicar, de propagandear, de exortar! E de votar e ser votado em eleições livres!

Tal sistema foi inaugurado, ou melhor, reinaugurado no Brasil faz 30 anos. Temos, portanto, uma democracia, que na escala de crescimento dos organismos políticos na história, é ainda adolescente. Vive hoje um processo de consolidação de sua identidade. Ela será o nosso espaço: o espaço em que nos movimentaremos para fazer o Brasil estender-se em direção a um estado sempre melhor de civilização e de relacionamento entre os que aqui vivem, com respeito às diferenças, às necessidades e às peculiaridades de cada um.

Nós brasileiros, temos direito à boa luta, ao bom combate, a seguir os passos largos dos nossos avós, a encontrar a teimosia da nossa meninice. Temos direito ao vento na cara, à lua e ao sol, temos direito a pisar na areia e a abraçar o azul do mar. Temos direito a cantar e dançar, a acariciar a eternidade. Temos direito de fazer novos planos na velhice como aquele primeiro beijo, como a imensidão do primeiro amor. Temos que acreditar na vida, nas pessoas, buscar a realização dos nossos sonhos. Triste daqueles que não sonham. São pássaros cativos, que só olham o horizonte dos relógios. Felizes aqueles que buscam mudar a realidade, que sabem que a rosa dos ventos está na palma das mãos.

- 3. O Estatuto da Igualdade Racial, Lei Federal nº 12.288/2010, tem como desafios equiparar direitos e superar o racismo.** Em 65 artigos, o estatuto abrange diversas áreas, como cultura, esporte, saúde, moradia, religião e comunicação. Mas, para que a norma seja efetivada, é preciso atuação de órgãos federais, estaduais e municipais, além da participação do setor privado.

O professor Thomaz Pereira, da Fundação Getúlio Vargas diz que algumas medidas do estatuto são gerais e demandam algum tipo de iniciativa específica. "Às vezes, é uma lei, às vezes, são medidas no âmbito das secretarias estaduais, municipais ou de ministérios".

Os negros são, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2013, mais da metade da população brasileira, 52,9% – soma daqueles que se declaram pretos e pardos. A porcentagem, no entanto, não se repete em espaços acadêmicos. De um total de 387,4 mil pós-graduandos, 112 mil são negros – menos da metade dos 270,6 mil brancos. Também não se mantém na Câmara dos Deputados, onde quase 80% dos deputados se declararam brancos, tampouco nos meios de comunicação.

"O estatuto é quase como se fosse uma miniconstituição no sentido de representar e de unir em um documento só medidas diferentes. Uma coisa interessante no

estatuto é a sua própria estrutura. Ele trata de saúde, de educação, esporte e lazer, além de direito de liberdade de consciência, de crença, de cultos religiosos, de acesso à moradia, de trabalho, dos meios de comunicação. Todas essas diversas áreas aparecem de maneira diferente e exigem soluções diferentes".

Infelizmente, de geração em geração, a discriminação do homem pelo homem, quer seja por sexo, raça, cor, etnia, procedência, origem, religião, deficiência, idade, classe social, continua. Temos que dizer diariamente não para tudo isso. Buscamos uma integração e ela, com total certeza, passa por mudanças na espiritualidade do ser humano.

Somente quando o homem puder olhar para dentro de si e perceber que não há resquícios de ódio, de orgulho, de egoísmo, quando o homem olhar o seu irmão com transparência e dignidade, vendo-o como indivíduo, em igualdade de condições, o mundo começará a ter um profundo processo de transformação. Aí sim, os velhos preconceitos e discriminações ficarão para trás e o limiar de uma nova era então surgirá.

4. **Lei Federal nº 13.146/2015, que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão)** completou um ano de sanção presidencial em 6 de julho.

Ela possibilita a emancipação social de 46 milhões de pessoas, segundo números do IBGE.

O Estatuto é muito mais do que uma lei. É um instrumento de cidadania para se questionar o preconceito, a ignorância, a inércia e a omissão do Estado e da sociedade. Ele veio para colocar o dedo na moleira.

Os governos, os órgãos públicos e a iniciativa privada estão sendo obrigados a mudar a sua forma de pensar e de agir por meio de atitudes conscientes. Uma verdadeira revolução está em andamento.

Uma série de questões que eram desconsideradas estão sendo discutidas. Exemplo é o da constitucionalidade sobre a obrigatoriedade de as escolas privadas promoverem a inserção de pessoas com deficiência no ensino regular e prover medidas de adaptação necessárias sem que ônus financeiro seja repassado às mensalidades, anuidades e matrículas.

Com relação a isso, o STF, recentemente, confirmou a sua constitucionalidade: “A Lei reflete o compromisso ético de acolhimento e pluralidade democrática adotados pela Constituição ao exigir que não apenas as escolas públicas, mas também, as instituições particulares devem pautar sua atuação educacional a partir de todas as facetas e potencialidades do direito fundamental à educação”.

A lei de cotas também suscita debates. Empresas têm entrado na Justiça para se eximir do pagamento das multas pelo não preenchimento das vagas. Elas argumentam dificuldades de encontrar pessoas capacitadas. Aqui vale algumas perguntas. A simples desobrigação do cumprimento da reserva legal é a saída? Ou, simplesmente ficará tudo como está? A pessoa com deficiência ficará na mesma invisibilidade de sempre?

Já o conceito de deficiência foi amadurecido. Agora ele vai para além das limitações do corpo, englobando as dificuldades diárias, como, por exemplo, ausência de rampas, calçadas transitáveis e ônibus acessíveis, falta de livros em formato apropriados, entre outros tantos.

A Tomada de Decisão Apoiada é outro avanço. Esse mecanismo permite à pessoa com deficiência mental ou intelectual valer-se de pessoas de sua confiança para servirem de apoiadores na tomada de decisões sobre certos atos da vida civil. Por esse princípio, a pessoa com deficiência, em tese, é sempre considerada capaz de tomar suas decisões. A incapacidade civil será atestada apenas em casos excepcionais.

A sociedade precisa compreender que a pessoa com deficiência não é apenas uma pessoa com deficiência: ela é um estudante, um trabalhador, um motorista, um pai ou uma mãe de família, uma criança, um consumidor,

um contribuinte, um eleitor, um atleta, uma pessoa em todos os seus papéis. É assim que ela deve ser compreendida e tratada.

É necessário pensar as ações de um modo transversal e articulado, incluindo todos os poderes constituídos e todas as esferas de governo, União, estados, municípios e o Distrito Federal. A acessibilidade deve ser um princípio inerente a todas as políticas públicas.

Nesse processo, o engajamento da sociedade civil é imprescindível para que os avanços trazidos pelo Estatuto signifiquem uma transformação nos velhos conceitos que ainda persistem sobre a deficiência. Trazer o Estatuto para a realidade das pessoas é o desafio que se apresenta. É urgente que o Brasil se aproprie desse instrumento de cidadania.

5. Uma das minhas bandeiras, desde os tempos em que era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS) tem sido a luta por um salário mínimo justo e que atenda às necessidades do trabalhador e de sua família.

Em 2005, foi criada a Comissão Mista Especial do Salário Mínimo. Não foi nada fácil. As resistências foram muitas, mas, graças aos esforços de parlamentares ligados à classe trabalhadora, conseguimos implantar a Comissão. Eu fui escolhido relator.

A competência da Comissão foi a de estudar, debater e propor mecanismos permanentes de reajuste do salário mínimo e discutir os benefícios dos aposentados e pensionistas, haja vista que, em grande medida, os reajustes do mínimo refletem-se nos benefícios da Previdência Social.

A Comissão realizou quinze audiências públicas com o Ministério do Trabalho, representantes de entidades sindicais, representantes de entidades patronais, aposentados e pensionistas, pesquisadores do IBGE, Ipea, Fundação Getúlio Vargas, servidores públicos e população em geral. Estivemos em várias capitais, entre elas Porto Alegre, São Paulo, Curitiba, Salvador, Manaus.

Com a realização desses encontros, foi possível chegar a algumas conclusões preliminares.

A primeira é que o Brasil é um país extremamente desigual e o salário mínimo pode ser um instrumento eficaz na redução da desigualdade, pois um aumento do mínimo exerce influência direta ou indireta sobre toda a economia.

A segunda é a inexistência de um mecanismo sistemático de reajuste do salário mínimo.

A terceira diz respeito ao fato de ter havido, ao longo das últimas décadas, um processo de achatamento do

salário médio que, assim, passou a se aproximar do salário mínimo.

A quarta conclusão desfaz o mito de que existiria *deficit* na Previdência, o que não é realidade, uma vez que existem fontes destinadas constitucionalmente a suprir as despesas com a seguridade social.

O salário mínimo é uma forma de redistribuir renda, mesmo se considerarmos o elevado índice de informalidade existente em nosso País. Isso se deve ao chamado “efeito farol”, ou seja, o salário mínimo funciona como um referencial para os valores pagos ao trabalhador, mesmo que esse não tenha carteira de trabalho assinada.

Na realidade, o salário mínimo, ao aumentar a renda das camadas mais pobres da sociedade, leva ao aumento da produção e do consumo, criando um círculo virtuoso.

A Comissão apresentou propostas e recomendações, apresentadas a seguir.

A recuperação do salário mínimo deve ocorrer concomitantemente com a implementação de políticas compensatórias e o controle da inflação.

Há a necessidade de criar novos mecanismos de financiamento da Previdência Social, reduzindo a con-

tribuição previdenciária sobre a folha de pagamento das empresas em prol da incidência dessa contribuição sobre o faturamento.

O reajuste de benefício do aposentado e do pensionista deve ter o mesmo índice que for concedido ao reajuste do salário mínimo.

A Comissão também propôs o fim do fator previdenciário e a aprovação da PEC nº 285/2005, que prevê que o Fundo de Participação dos Municípios passasse de 22,5% para 23,55% dos tributos arrecadados.

O relatório final da Comissão é um documento histórico. Pela primeira vez foi proposto um mecanismo de reajuste anual e permanente para o salário mínimo: inflação do período mais o dobro do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2011, foi sancionada a Lei nº 12.382, com base no relatório da Comissão, que instituiu a Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo, beneficiando quase 50 milhões de brasileiros.

A valorização do salário do trabalhador proporciona, com certeza, melhores condições de vida para a nossa gente, reduz as desigualdades sociais e a enorme concentração de renda vigente no País.

6. **O fator previdenciário foi criado no governo FHC para adiar as aposentadorias do Regime Geral da Previdência (RGPS) e “oxigenar” o sistema.** O que não ocorreu. O efeito foi perverso, pois na hora da aposentadoria os vencimentos eram reduzidos em até 50% do salário da mulher e até 45% do salário do homem. Uma crueldade, uma maldade, uma afronta a quem trabalhou e ajudou no desenvolvimento do nosso país.

No ano de 2008, após longa discussão que se iniciou em 2003, o Senado Federal aprovou, por unanimidade, projeto de minha autoria para acabar definitivamente com o fator previdenciário. A participação da sociedade e dos movimentos sociais foi fundamental para esta vitória. O projeto foi encaminhado para a Câmara dos Deputados.

Em 2015 chegamos a uma alternativa, ao fator previdenciário com a sanção presidencial da fórmula 85/95, segundo a qual a aposentadoria seria concedida quando a soma da idade e do tempo de contribuição totalizasse 85 para mulheres e 95 para homens.

7. **O Estatuto da Juventude – Lei Federal nº 12.852/2013** – é uma aquarela de anseios e sonhos de 51 milhões de jovens, entre 15 e 29 anos. Desses, 49,1% são homens e 50,9% são mulheres. Cerca de 43 milhões vivem nos centros urbanos e oito milhões no campo. Esses dados são do Censo de 2010, do IBGE.

O estatuto trata dos direitos da juventude em várias dimensões, como cidadania, participação social e política e representação juvenil; educação, profissionalização, trabalho e renda; saúde integral, cultura, desporto, lazer; igualdade, cultura, liberdade de expressão, e meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Estamos apenas no início de uma longa caminhada de valorização da nossa juventude. Mas o estatuto já é um marco da história do nosso país. Mas de nada valerá, se não for cumprido. Será como a primavera sem o florir das rosas, das margaridas, das tulipas, das dalias... não faz sentido. É página em branco de algum diário, não conversa com o universo, muito menos deixa que a lágrima caia quando o coração aperta.

7.1 Santa Maria dos jovens do Brasil. Muitas famílias, muitos pais, mães, tios, avós perderam seus jovens, seus filhos. Muitos irmãos perderam seus irmãos, muitos amigos perderam seus amigos. Por coisas da vida, por fatalidades. Mas também por omissão de governos, dos homens públicos. Essa é uma realidade. Não podemos mais fechar os olhos.

Assim escreveu Martim César:

“O que fazer com tanto amor? Com tantos cadernos que restaram pelos quartos, com tantos sorrisos tão ale-

gres nos retratos, com tantos abraços que estarão sempre à espera? A juventude tem o brilho de um sol ao meio-dia, uma canção não tem o dom de um sentimento. É uma gota de memória num oceano em desatino. Para que não se esqueçam nunca mais desses meninos! O que fazer com essa dor, Santa Maria?”.

8. Por uma assembleia revisional. Desde a redemocratização, nos anos 1980, testemunhamos processos eleitorais regulares. Foram sete eleições diretas para presidente. Também temos mantido eleições para senador, deputado federal e estadual, governador, prefeito e vereador. Mas as eleições, sozinhas, não garantem uma verdadeira democracia. Falta-nos a cultura democrática.

Os grilhões do Estado repressor e policialesco iniciado com o positivismo de 1889 não foram arrebatados. São 127 anos de coerção, de abuso, do é dando que se recebe: República Velha, República Nova, Estado Novo, Regime Militar, Nova República, Era Collor, Era FHC, governos do PT. A corrupção não é de agora. Em todos os governos ela esteve presente. Aliás, o PT surgiu para mudar o *status quo* dessa política.

A corrupção acentuada nos últimos anos possibilitou luta franca e aberta entre dois lados distintos da política e

seus satélites. Não há um projeto de nação a ser discutido e alcançado.

Há, sim, uma disputa de poder pelo poder. Esses grupos oligárquicos cada vez mais afinam suas disputas, em um vale tudo deplorável. Isso é visível pela manipulação das massas e da militância partidária e social. Além de levar a intolerância e o ódio, esses movimentos possibilitam uma brecha na sociedade, um vácuo assustador: a tomada de poder pelos pensamentos antidemocráticos e ditatoriais, tanto de direita como de esquerda.

Faz-se necessário uma consciência coletiva o quanto antes. A corrupção é um dos sintomas. O *status quo* político vigente é a causa da doença. Muda-se isso com forte remédio: “Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido”. Apresentei proposta de emenda à Constituição (PEC 15/2016) para a realização de uma assembleia revisional, com o objetivo de reformar o sistema político, partidário e eleitoral brasileiro. Isso seria o primeiro passo para um grande entendimento nacional.

Os membros dessa assembleia seriam eleitos pelo voto direto popular, admitidas candidaturas avulsas, e todos eles não poderiam concorrer nas próximas eleições. Outros pré-requisitos: ser ficha limpa e não manter mandato parlamentar. Findados os trabalhos, a assembleia revisional seria dissolvida e um referendo seria realizado

para validar a proposta. O TSE regulamentaria prazos, propaganda, calendário eleitoral, entre outros.

É fundamental ter claro que as conquistas sociais da Constituição Cidadã de 1988, uma das mais avançadas do mundo, fruto do anseio popular e de muitos que tombaram pela democracia e liberdade, estarão garantidas. Os brasileiros clamam por uma outra República, não mais abusiva e repressora, mas com as cores da nossa gente e a serviço do nosso povo. Uma república brasileira que trate igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades.

9. A ONU aponta que, aproximadamente, R\$200 bilhões por ano são desviados no Brasil pelas vias da corrupção. O SindiReceita informa que o País perde R\$100 bi com o contrabando, por ano; em 2014 foram R\$500 bi de sonegação; em 2015, somente no primeiro semestre, a sonegação foi de R\$258 bi. Cerca de 1300 contribuintes devem R\$41 bi.

Todo esse dinheiro que é roubado e sonegado poderia ser multiplicado por duas, três, quatro, cinco vezes o montante que é investido hoje no País em saúde, educação, segurança pública, nas estradas para o escoamento da produção, em projetos sociais, na ciência e tecnologia, no aumento do salário mínimo e dos proventos dos aposentados e pensionistas.

O ministério Público Federal assina a campanha “10 medidas de combate à corrupção e à impunidade”. Entre elas estão: a criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos; responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa 2; aumento das penas de crime hediondo para corrupção de altos valores e prisão preventiva para assegurar a devolução do dinheiro desviado.

Há uma iniciativa dos analistas-tributários da Receita Federal, também merecedora de atenção. O estudo “alternativas para enfrentar a crise fiscal” propõe várias ações de combate à sonegação, à fraude e o fortalecimento da fiscalização. Elas podem ser implementadas sem a necessidade de mudanças legislativas ou qualquer custo extraordinário.

A corrupção e a sonegação não são de agora. Elas vêm de décadas de descaso com a coisa pública. Mas temos que entender que elas são mantidas com a conivência do *status quo* vigente. Não há interesse político individual e nem atitude coletiva dos poderes constituídos e partidários para resolver o problema. O País precisa colocar o dedo nessa moleira.

10. **A cada crise econômica que o País atravessa, independentemente de *grei* política que está no governo, a teoria e a prática estabelecida é que a corda deve arrebentar no lado mais fraco.**

Não se buscam saídas para o crescimento econômico com verdadeiras reformas de base, como: a realização de uma ampla reforma tributária, a revisão do pacto federativo, o estabelecimento de taxa de juros que estimule o mercado sem empobrecer a população, a própria valorização do salário mínimo, e, obviamente, o combate à corrupção e a sonegação.

O que há é uma espécie de “cortina de fumaça” em que, ao invés de colocar o País nos eixos e mudar o rumo da situação, pelo contrário, é intensificado o deixar tudo como está. Isso é típico de grupos oligárquicos que chegam ao governo, sejam eles de centro, direita ou esquerda. Não há um projeto de nação para o Brasil. Perde-se a constância e a possibilidade de se construir uma cultura de governabilidade e de crescimento. Mata-se o sonho e as esperanças dos nossos jovens.

Avizinha-se, agora – o que outros fizeram a conta gotas e o que o interino faz a passos largos – algumas medidas que vão de encontro às conquistas sociais alcançadas a dura penas. As reformas previdenciária e trabalhista vêm com essa função de cortina, ou seja, a de não atacar de frente os problemas reais do País.

Quando se fala em flexibilizar a CLT, o objetivo é aprovar o negociado acima do legislado, a terceirização da atividade fim, a regulamentação do trabalho escravo, que

deveria é ser proibido. No caso da Previdência, é aumentar a idade mínima de mulheres e homens para que se aposentem o mais tarde possível, sem desfrutar um pouquinho dessa conquista.

Infelizmente o que vale não é a vida, mas o sabor de contas e números. Cada vez mais, o Brasil é sufocado pela política dos vendilhões do templo.

11. Vai e volta e a história se repete. Nos momentos de crise econômica e incapacidade política dos governos de resolver os problemas e colocar o Brasil nos trilhos, sempre surgem propostas para flexibilizar a legislação trabalhista.

Jorge Souto Maior – juiz do trabalho – disse em 2007 que “direito trabalhista não é custo para as empresas” e que flexibilizar as relações de emprego diminui salários e não aquece a economia. Ele foi taxativo: **ela (a legislação) nunca foi um entrave ao desenvolvimento econômico do país. Se isso fosse uma situação válida, “o país já teria um desenvolvimento econômico invejável”.**

Souto Maior deu exemplos: em 1967 foi criado o FGTS, que representou a extinção da estabilidade no emprego. Foram os próprios empregadores que pleitearam essa mudança. Em 1974, veio a criação do trabalho temporário. Dizia-se que, era preciso flexibilizar, dimi-

nuir os custos, para que em determinadas épocas do ano, as empresas pudessem contratar.

Entre tantas outras leis criadas para flexibilizar a legislação, ele terminou citando a do banco de horas (1998) que, em concreto, tem servido como uma fórmula para não pagar horas extras. “O Brasil já fez de tudo que poderia ser feito do ponto de vista da flexibilização. Além disso, a economia não cresceu”.

Mesmo passando quase dez anos, a entrevista do juiz Jorge Souto Maior continua dando uma enorme contribuição ao debate e a reflexão.

Flexibilizar direitos trabalhistas não é sinônimo de crescimento econômico. O país só vai crescer e gerar novos empregos a partir de uma ampla reforma tributária, taxa de juros que estimule o mercado sem empobrecer a população, valorização do salário-mínimo, salário decrescente para aposentados e pensionistas, poupança interna, combate à sonegação de impostos, que hoje chega a R\$400 bilhões por ano, e penalização de corruptos e corruptores, entre outros meios, que harmonize e gere um comprometimento entre os setores público e privado.

12. **O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)** aponta 65 projetos que vigoram atualmente no Congresso Nacional com o objetivo de explodir

os direitos dos trabalhadores. Um dos objetivos seria a extinção da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre essas propostas estão:

O PLC 30/2015 prevê a terceirização de qualquer setor de uma empresa, incluindo a atividade fim. Aliás o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho alerta que, em cada dez acidentes de trabalho, oito ocorrem em empresas terceirizadas. O levantamento das centrais mostra que o salário nessas empresas é 30% inferior ao normal. Os terceirizados trabalham, em média, três horas semanais a mais e permanecem menos tempo no emprego: 2,5 anos, ao passo que os demais permanecem seis anos, em média.

Já o negociado acima do legislado está nesta esteira, ou seja, uma convenção ou um acordo coletivo de trabalho de categorias econômicas e profissionais poderiam prevalecer sobre a lei vigente. Optar por essa proposta é negar o desemprego, o trabalho escravo e infantil, os baixos salários, as péssimas condições de segurança e as discriminações que ainda existem em muito no país.

Não tenho dúvida alguma que, no governo que aí está, teremos um ataque frontal às conquistas dos trabalhadores. E isso será o fim do piso salarial, carteira assinada, 13º salário, jornada de trabalho, FGTS, férias, aviso prévio, seguro-desemprego, licenças maternidade e

paternidade, a recente conquista das empregadas domésticas, e muitos outros benefícios.

Em maio lançamos, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, co-legiado que presido pela terceira vez, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora e a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social.

A população tem que se articular, ir às ruas e exigir a manutenção de suas conquistas. É fundamental que toda sociedade brasileira, independentemente de posição política e partidária, esteja mobilizada. Acorda Brasil, vamos à luta.

13. **É preciso passar a limpo a atual discussão sobre reforma da Previdência Social.** Aliás, falar em “atual discussão” parece até brincadeira, já que é público o fato de que sucessivos governos espalham aos quatro ventos, há anos, o discurso de que o sistema é deficitário e o usam como desculpa para novas alterações. É mentira! Não há *deficit*.

Primeiramente, a previdência faz parte de algo maior. ela integra o sistema de proteção criado na constituição cidadã de 1988, chamado de seguridade social, que inclui o tripé previdência, saúde e assistência social. pela carta magna, a previdência tem caráter contributivo e filiação

obrigatória, a saúde é um direito de todos e assistência social, destinada a quem dela precisar.

Esse grande modelo de proteção tem recursos próprios, conta com diversas fontes de financiamento, como contribuições sobre a folha de pagamentos, sobre o lucro das empresas, sobre importações e mesmo parte dos concursos de prognósticos promovidos pelas loterias da Caixa Econômica. Se há anos eles dizem que há *deficit*, há anos os números mostram justamente o contrário.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) divulga anualmente a publicação *Análise da Seguridade Social* e os *superavits* são sucessivos, a saber: saldo positivo de R\$59,9 bilhões em 2006; R\$72,6 bilhões, em 2007; R\$64,3 bi, em 2008; R\$32,7 bi, em 2009; R\$53,8 bi, em 2010; R\$75,7 bi, em 2011; R\$82,7 bi, em 2012; R\$76,2 bi, em 2013; R\$53,9 bi, em 2014.

No ano passado, não foi diferente. O investimento nos programas da Seguridade Social, que incluem as aposentadorias urbanas e rurais, benefícios sociais e despesas do Ministério da Saúde, entre outros, foi de R\$631,1 bilhões, enquanto as receitas da Seguridade foram de R\$707,1 bi. O resultado, mais uma vez positivo, foi de R\$ 4 bilhões – nada de *deficit*!

Dois fatos chamam a atenção. Primeiro, o saldo positivo em 2015 acontece num ano repleto de dificuldades econômicas, o que mostra a força do sistema de seguridade social. Ainda, todos os números divulgados são levantados pela ANFIP com base em dados do próprio governo. Ou seja, os governantes sabem do *superavit*, mas insistem em usar o discurso do *deficit* para promover sucessivas mudanças na previdência, sempre de olho em ampliar (e desviar) o caixa, nunca os benefícios dos trabalhadores.

Prova de que o governo reconhece o saldo positivo são medidas como as renúncias fiscais com recursos previdenciários e a Desvinculação de Receitas da União (DRU), que sistematicamente retira parte do orçamento da seguridade social. Só a DRU, em 2012, usurpou R\$58 bi das contribuições sociais. O dano é continuado: R\$63 bi em 2013 e mais R\$63 bilhões em 2014. Para agravar o cenário, tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda à Constituição, que não apenas prorroga a DRU até o ano de 2023, como amplia de 20% para 30% o percentual que o governo pode retirar dos recursos sociais. Se a medida for aprovada, pode significar a saída de R\$ 20 bilhões por ano do caixa da seguridade.

14. **É preciso enfatizar a importância da Previdência no cotidiano do Brasil.** Hoje, são pagos 32,7 milhões de benefícios, incluindo 9,7 milhões de aposentadorias por

idade, 7,4 milhões de pensões por morte, 5,4 milhões de aposentadorias por tempo de contribuição e 3,2 milhões de aposentadoria por invalidez, entre outros. O peso desses números é enorme, com impacto social e econômico.

Sem os valores distribuídos pela Previdência Social, boa parte dos municípios brasileiros correria o risco de ir à bancarrota. Hoje, dos 5.566 municípios, em 3.875 (70%) o valor dos repasses aos aposentados e demais beneficiários da previdência supera o repasse do Fundo de Participação dos Municípios, o FPM. Mais ainda, em 4.589, ou 82% do total, os pagamentos aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social superam a arrecadação municipal. Ou seja, é com o pagamento aos aposentados que a economia dessas cidades roda, o comércio gira.

Números postos e expostos, resta saber a quem tanto interessa falar em *deficit* previdenciário. Certamente, não às trabalhadoras e aos trabalhadores, que são contribuintes e beneficiários do sistema. Enfraquecer a Previdência Social justa e solidária, certamente, interessa ao mercado financeiro, ávido em desmoralizar o modelo público para emplacar a venda de planos privados.

É com este cenário que, mais uma vez, surgem as propostas de reforma da previdência, como se o sistema fosse um problema nacional – os números aqui expostos

comprovam exatamente o contrário, é a previdência que garante cidadania e movimenta a economia.

A defesa da reforma nasce como uma espécie de cortina de fumaça para encobrir os problemas reais. Ao invés de buscar soluções para o crescimento econômico, como uma efetiva e verdadeira reforma tributária, a revisão do pacto federativo, o estabelecimento de taxas de juros que estimulem o mercado sem empobrecer a população, o governo interino mira o seguro social. Lamentavelmente, prefere atacar a poupança social dos brasileiros e das brasileiras, dinheiro economizado pelos trabalhadores ao longo de toda a vida laboral para, no futuro, gozar da justa e merecida aposentadoria.

Nos moldes defendidos pelo governo, o sonho da aposentadoria pode virar pesadelo em vida, ou nem isso, porque muitos podem morrer antes de desfrutar um pouquinho sequer dessa conquista. Como falar, por exemplo, em idade mínima, e ainda por cima igual para homens e mulheres, quando vivemos em um país com dimensões continentais, repleto de variadas desigualdades regionais? A título de exemplo, um homem no Pará nasce com a expectativa de vida de 64 anos, enquanto, para uma mulher de Santa Catarina, esse número ultrapassa os 80 anos.

Implantada a reforma sugerida pelo governo, a Previdência Social passaria a ser tão somente um programa de renda mínima, pagando benefícios cada vez menores, abaixo inclusive do piso salarial. Isso aconteceria, porque o Planalto defende a desvinculação do benefício previdenciário do valor do salário mínimo, ou seja, a aposentadoria poderia ficar menor do que o mínimo e, para piorar, com a absurda tendência de distanciamento cada vez maior entre os dois, já que certamente os governantes proporiam reajustes sempre menores nos benefícios em relação àqueles do salário mínimo.

15. Para lutar contra esse verdadeiro ataque à sociedade brasileira é que levamos adiante a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da previdência Social. Lançado em maio, o movimento suprapartidário, além de senadores da República e de deputados federais, reúne dezenas de entidades de variadas matizes que lutam para proteger a previdência.

Para ampliar o debate sobre o tema, a frente parlamentar está promovendo audiências públicas em todas as regiões do Brasil. Estamos percorrendo o País de um canto a outro para chamar a atenção da sociedade para os efeitos nocivos das propostas do governo. Ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que ajustes pontuais são importantes

para proteger o caixa da seguridade social, sempre alvo da cobiça dos governantes.

Assim, iniciativas como a revisão ou o fim das desonerações das contribuições previdenciárias sobre a folha de pagamento e a alienação, por leilão, de imóveis da Previdência Social e de outros patrimônios em desuso precisam ser discutidas. Também é necessário exigir o fim da aplicação da DRU sobre o orçamento da seguridade social, bem como a criação de um Programa de Recuperação Fiscal, Refis, para a cobrança de R\$236 bilhões de dívidas ativas recuperáveis com a Previdência Social.

Ainda, é fundamental melhorar a fiscalização sobre o setor, por meio do aumento do número de auditores fiscais em atividade e do aperfeiçoamento da gestão e dos processos de fiscalização. Também está na hora de rever as alíquotas de contribuição para a Previdência Social do setor do agronegócio, que pode e deve contribuir mais para assegurar a aposentadoria do trabalhador do campo.

É preciso que a sociedade brasileira vista a camisa e assuma a defesa intransigente e a manutenção dos direitos sociais e a gestão transparente da seguridade social, além do equilíbrio financeiro e atuarial da Previdência Social pública e solidária. Só assim poderemos manter

o seguro social, o verdadeiro patrimônio dos brasileiros e das brasileiras.

16. Carta aos Militantes. O mar formado pelas bandeiras dos militantes é muito mais do que um símbolo do povo brasileiro: é um conceito de mudança. Esse mar fica agitado quanto maiores forem os ventos. No entanto, jamais se submete aos açoites das tempestades. Tampouco as calmarias o deixam inerte; ele segue agindo em silencioso movimento.

Os militantes sabem que correm o risco dos naufrágios, correm o risco de ser levados pelas ondas, mas, no fim das contas, isso não importa, pois há uma missão a ser cumprida: alcançar as areias da praia.

Aqueles que militam dedicam-se de corpo e alma aos serviços de uma luta boa e justa. **Quanto mais e mais o povo pede ajuda, lá estão os militantes, martelando, forjando o aço, lapidando a pedra da sabedoria e ajustando seus ângulos; voz rouca e bandeiras aos céus.** Não importam os descaminhos, eles sempre darão um jeito de escalar as montanhas e concretizar os sonhos da plena liberdade humana, da justiça social e do trabalho digno

E tudo isso, ser um verdadeiro militante, eu aprendi, com muito orgulho, com todos vocês. Aprendi também, que é a partir dos anseios das portas das fábricas, dos gri-

tos dos discriminados e excluídos, dos que passam fome, do som das ruas, avenidas e praças das cidades, do aroma que emerge dos campos e das florestas trazido pela nossa gente, que se constrói uma nação.

Dias magníficos tenho vivido ao lado de vocês; alguns tristes, mas muitos de alegria. Choramos e cantamos juntos com uma cumplicidade eterna. Aprendi a ser construtor de um Brasil com direitos e oportunidades iguais para todos, e que também respeita as diferenças. Aprendi que lugar de criança é na escola, que filho de pedreiro também pode ser doutor. Aprendi que negros índios, mulheres, idosos também têm direito de dizer em alto e bom tom: nós somos brasileiros.

Os partidos devem ser ferramentas para defender os ideais de um povo. Os partidos não podem perder a sua essência. **As causas estão acima de siglas e de nomes. Precisamos analisar criteriosamente os erros cometidos, para que eles nunca mais se repitam.** Eles aconteceram porque saímos do caminho que vocês, militantes, nos ensinaram. Vocês são os verdadeiros líderes. O leme está em vossas mãos.

Somos irmãos; somos companheiros. Vamos seguir ao lado da nossa gente, das suas dores e do seu direito sagrado de continuar sonhando. Vamos fazer tudo outra vez, como jovens caminhantes e estradeiros que somos,

ouvindo e abraçando com a absoluta certeza de que o verbo esperar, tão bem nos legado por Paulo Freire, ainda continua sendo a única fonte inesgotável de vida, das nossas vidas, do nosso país. A luta está começando. **Viva os militantes e suas bandeiras! Viva os trabalhadores! Viva o Brasil! Com a democracia, tudo! Sem a democracia, nada!**

Até Mais

Estamos a oceanos das transformações sociais e políticas necessárias. Cada vez mais, abrimos mão de uma revolução social, fraternal e democrática. Não podemos mais viver somente o agora. Queremos pintar o destino coletivo do nosso país: o martelo, a pedra e o fogo. Queremos construir a cidadania. A história nos impõe este desafio. Vamos fazer história. Temos pressa de seguir adiante, de escalar montanhas, de rabiscar versos, de cantar as palavras dos ventos.

Bibliografia

Blog Luz Diária. Disponível em <[http:// archote.blogs.sapo.pt/](http://archote.blogs.sapo.pt/)> – Acesso em 15 de julho de 2016.

Botelho, André e Moritz, Lilia (Organizadores). Agenda Brasileira-termas de uma Sociedade em Mudança. Ed. Companhia das Letras, 2011

De Souza, Pedro (Organizador). Brasil, Sociedade em Movimento. Ed. Paz e Terra, 2015

Furtado, Celso. Brasil, a construção interrompida. Ed. Paz e Terra, 1992.

Nacional, Fórum. Investimento em Infraestrutura no Brasil. Vários autores.

Site oficial da Câmara dos Deputados. Disponível em:<<http://www2.camara.leg.br/>> – Acesso em 12 de junho de 2016.

Site oficial do Senado Federal. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br>> – Acesso em 5 de maio de 2016.

Site do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Disponível em: <<http://www.diap.org.br/>> – Acesso em 6 de julho de 2016.

Site do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese. Disponível em: <<http://dieese.org.br>> – Acesso em 5 de maio de 2016.

Site sobre significados. Disponível em: <<http://www.significados.com.br>> – Acesso em 19 de julho de 2016.

Site da Fundação Getulio Vargas. Disponível em: <<http://www.portal.fgv.org>> – Acesso em 30 de maio de 2016.

Site da Wikipédia, a enciclopédia livre. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>> – Acesso em 30 de julho de 2016.

Publicações

LIVROS

Palavras em mar revolto (2015)

Nau Solitária (2014)

Para Além do Que os Olhos Veem. Volume 2 (2013)

Para Além do Que os Olhos Veem (2012)

O Rufar dos Tambores. 2ª edição (2011)

O Poder que Emana do Povo (2009)

O Canto dos Pássaros nas Manhãs do Brasil (2008)

Pátria Somos Todos (2007)

O Rufar dos Tambores (2006)

Salário Mínimo – Uma História de Luta (2005)

Cumplicidade – Política em Poesia (2004)

Vida – Sonhos e Poesia 2ª edição (2003)

Vida – Sonhos e Poesia (2001)

REVISTA

Caminhos (2005)

CARTILHAS

59 Anos: Minha Vida – Nossas Lutas

Gibi do Paim – Uma Nova História para Contar

Lei Maria da Penha

Atuação Parlamentar (2006)

Meio Ambiente: Cidadania e Qualidade de Vida

FUNDEP – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador

Cantando as Diferenças – É Coisa Nossa

Relatório Final da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo

Desemprego e Redução da Jornada de Trabalho

Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741, de 2003

Estatuto do Idoso – Cidadania, Mesmo que Tardia

Estatuto da Pessoa com Deficiência

Estatuto da Igualdade Racial

Emprego e Renda

Previdência Pública na Visão dos Trabalhadores e dos Aposentados